

A oportunidade de pensar e promover a agroecologia como estratégia para enfrentar as crises alimentar e climática

The opportunity to reflect on and promote agroecology as a strategy to address the food and climate crises

La oportunidad de reflexionar y promover la agroecología como estrategia para afrontar las crisis alimentaria y climática

Paulo Petersen <https://orcid.org/0000-0002-9934-3059>¹; Juliana Casemiro <https://orcid.org/0000-0001-6940-2479>²; Ana Laura Brandão <https://orcid.org/0000-0002-7148-2268>³; Marco Antônio Carneiro Menezes <https://orcid.org/0009-0003-0330-9425>³; Frederico Peres <https://orcid.org/0000-0003-2715-6622>³

Resumo A adoção de processos insustentáveis de desenvolvimento econômico vem contribuindo para a conformação de uma crise global, em que os limites biofísicos do planeta têm sido extrapolados, com diversas implicações para os sistemas naturais, a biodiversidade e a saúde humana. Crise que limita ainda mais o acesso de uma imensa parcela da população brasileira e latino-americana, historicamente vulnerabilizada, a direitos cidadãos básicos, como o direito à terra e ao alimento, gerando o que pode ser considerado uma “crise de crises”. O presente artigo de opinião parte da constatação de retrocessos significativos em diversas políticas públicas, no Brasil e na América Latina, especialmente aquelas voltadas para a redução das desigualdades e a promoção da cidadania. Apresenta evidências de que a superação da “crise de crises”, discutida ao longo do texto, precisa considerar a adoção de modelos de produção, distribuição e consumo de alimentos que sejam, ao mesmo tempo, sustentáveis, soberanos e inclusivos. Conclui com a ideia de que a agroecologia tem imenso potencial de promover, nas diferentes partes do país e da América Latina, uma economia que seja regenerativa, do ponto de vista ecológico, e distributiva, do ponto de vista social.

Palavras-chave Agroecologia, Alterações climáticas, Segurança alimentar e nutricional, América Latina.

Abstract The adoption of unsustainable economic development processes has contributed to the emergence of a global crisis in which the planet's biophysical limits are being exceeded, with numerous implications for natural systems, biodiversity, and human health. This crisis further restricts access – especially among historically marginalized populations in Brazil and Latin America – to basic citizenship rights such as the right to land and food, creating what can be understood as a “crisis of crises.” This opinion article begins by acknowledging the significant setbacks in various public policies in Brazil and Latin America, particularly those aimed at reducing inequalities and promoting citizenship. It presents evidence that overcoming the “crisis of crises,” as discussed throughout the text, requires adopting models of food production, distribution, and consumption that are simultaneously sustainable, sovereign, and inclusive. It concludes by arguing that agroecology holds immense potential to foster, across different regions of Brazil and Latin America, an economy that is ecologically regenerative and socially distributive.

Key words Agroecology, Climate change, Food and nutrition security, Latin America

Resumen La adopción de procesos de desarrollo económico insostenibles ha contribuido a la formación de una crisis global, donde se han sobrepasado los límites biofísicos del planeta, con diversas implicaciones para los sistemas naturales, la biodiversidad y la salud humana. Esta crisis limita aún más el acceso a derechos ciudadanos básicos, como el derecho a la tierra y a la alimentación, para una vasta porción de la población brasileña y latinoamericana, históricamente vulnerable, generando lo que puede considerarse una «crisis de crisis». Este artículo de opinión parte de la observación de importantes retrocesos en diversas políticas públicas en Brasil y América Latina, especialmente aquellas dirigidas a reducir las desigualdades y promover la ciudadanía. Presenta evidencia de que superar la «crisis de crisis», abordada a lo largo del texto, requiere considerar la adopción de modelos de producción, distribución y consumo de alimentos que sean simultáneamente sostenibles, soberanos e inclusivos. Concluye con la idea de que la agroecología tiene un inmenso potencial para promover, en diferentes partes del país y de América Latina, una economía regenerativa, desde un punto de vista ecológico, y distributiva, desde un punto de vista social.

Palabras clave Agroecología, Cambio climático, Seguridad alimentaria y nutricional, América Latina

¹ Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Rio de Janeiro RJ Brasil.

² Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro RJ Brasil.

³ Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. R. Leopoldo Bulhões 1480, Manguinhos. 21041-210 Rio de Janeiro RJ Brasil. frederico.peres@fiocruz.br

Introdução

Compreender a crise alimentar, no contexto atual, demanda a consideração de seu caráter complexo, multidimensional e intersetorial, em que interesses públicos e privados se sobrepõem e produzem, como resultado, o comprometimento da saúde, individual e coletivamente, a perda da qualidade de vida e a violação de direitos humanos básicos¹. Sob essa perspectiva, é possível evidenciar processos de determinação socioambiental da insegurança alimentar ao redor do planeta, em que cada componente contribui para o agravamento do outro, retroalimentando um sistema complexo que se expressa a partir da degradação ambiental, da limitação de acesso à terra, do enfraquecimento da soberania alimentar, dos impactos sobre as atividades agrícolas mais tradicionais, da insegurança alimentar e nutricional e da degradação das condições de vida e trabalho^{2,3}.

Como resultado, geram-se crises sanitárias e sociais de grandes dimensões, comprometendo a saúde das populações do campo, determinando migrações forçadas e vulnerabilizando ainda mais indivíduos e grupos historicamente apartados das benesses dos projetos de desenvolvimento econômico no campo⁴. Crises que ocorrem em territórios historicamente fragilizados, que cada vez mais sofrem com os impactos das mudanças no clima e nos sistemas ambientais³.

A adoção de processos insustentáveis de desenvolvimento econômico em diferentes partes do planeta vem contribuindo para a conformação de uma crise climática, em que os limites biofísicos do planeta têm sido alcançados ou até mesmo extrapolados, com possíveis implicações irreversíveis para os sistemas naturais e a biodiversidade, comprometendo a vida em suas diferentes formas, em escala planetária⁵. Tais processos também comprometem o desenvolvimento humano, em sua mais ampla acepção, limitando o acesso de uma imensa parcela da população mundial aos direitos cidadãos mais básicos e, conseqüentemente, produzindo desigualdades, individuais e coletivas⁶. E é justamente nesse espaço de produção e reprodução de desigualdades que se circunscrevem as crises alimentar e climática vivenciadas no Brasil e em outros países da América Latina^{4,7}.

A agroecologia é um amplo conjunto de conhecimentos e práticas que determina processos justos, equilibrados e sustentáveis de produção, comercialização e consumo de alimentos, com respeito aos processos históricos de desenvolvimento dos povos e à promoção da igualdade

de entre os indivíduos^{8,9}. Envolve processos de transformação da natureza, através do trabalho, de maneira ecologicamente equilibrada e sustentável do ponto de vista socioambiental^{9,10}. Por sua orientação à sustentabilidade e capacidade de promover espaços de enfrentamentos das desigualdades socioambientais, determinadas por diferentes processos de desenvolvimento econômico, a agroecologia tem sido apontada, por diferentes autores, como uma estratégia para promover, de modo integrado, o enfrentamento das crises alimentar e climática, no Brasil e em diversas partes do planeta⁸⁻¹⁰.

O presente artigo nos convoca a refletir sobre a agroecologia como estratégia para o enfrentamento das crises alimentar e climática no Brasil e na América Latina.

Alguns antecedentes das crises alimentar e climática no Brasil e na América Latina

Com o início do processo de redemocratização do país, em meados dos anos 1980, e sobretudo a partir do início dos anos 1990, evidencia-se, na política econômica brasileira e em outros países da América Latina, igualmente saídos de governos autoritários, uma gradual migração para projetos desenvolvimentistas de orientação neoliberal^{11,12}. Sob o arquétipo neoliberal, os primeiros governos brasileiros pós-redemocratização passaram a limitar os investimentos estatais na indústria nacional, levando a um processo de desindustrialização que perdura até hoje^{13,14}. Ao mesmo tempo, passaram a oferecer crescentes e substantivos subsídios a determinadas cadeias de produção agropecuária, principalmente aquelas voltadas à exportação de *commodities* agrícolas como a soja, o milho e o algodão, além das exportações de carne suína, bovina e aviária^{11,12}.

Essa inflexão histórica marca o início de um processo de reprimarização da economia nacional, levando o Brasil a se posicionar, há mais de três décadas, como um dos maiores exportadores mundiais de *commodities* agrícolas (em particular de grãos)¹⁵. Um projeto de desenvolvimento que deixou a economia do Brasil suscetível às flutuações internacionais dos preços dessas *commodities*, seja pelo peso que têm na composição do Produto Interno Bruto nacional, seja pelo fato de somente uma *commodity* (a soja) representar 25% de todas as exportações do país¹⁶, num contexto em que o agronegócio é responsável por quase metade das exportações nacionais¹⁷.

Esse processo também acabou por contribuir para o aprofundamento das históricas desi-

gualdades, já que as grandes cadeias exportadoras de monoculturas estão sustentadas pelo uso de grandes extensões de terra, marcadas pela grande concentração econômica e política em corporações transnacionais, cada vez mais nas mãos de poucos, e na intensa mecanização e uso de insumos químicos que, além de forçarem o êxodo de populações do campo para a periferia das grandes cidades, ainda contribuem para a degradação e a poluição dos biomas e ecossistemas nacionais⁴. Situações-problema que, nas últimas décadas, vêm sendo agravadas – em frequência e intensidade – pelas mudanças no clima causadas pela intervenção insustentável dos seres humanos sobre o ambiente^{4,5,7}.

A agroecologia como estratégia para enfrentar as crises alimentar e climática

Um dos principais desafios que se colocam no bojo das estratégias de enfrentamentos das crises alimentar e climática no país é a necessidade de garantir espaços e projetos de desenvolvimento seguros e justos, para indivíduos e grupos da população, em todo o território nacional, e que não comprometam a diversidade e os sistemas naturais do Brasil^{3,4,8}. Uma perspectiva que promova, nas diferentes regiões, uma economia que seja regenerativa do ponto de vista ecológico e distributiva do ponto de vista social. Uma economia que não esteja nem acima do teto ecológico nem abaixo do fundamento social^{5,18}.

A agroecologia, entendida tanto como um paradigma quanto como uma política de Estado, em nosso país^{2,10} adquire, nesse contexto, papel central na discussão sobre a transição de um modelo de desenvolvimento agrário baseado na economia do agronegócio para uma lógica diversificada, multifuncional e sustentável de produção, orientada pelo conceito de soberania alimentar e pela necessidade de enfrentamento da “crise de crises”, nacional e regionalmente.

Antes de mais nada, é preciso ressaltar que a agroecologia não pode ser entendida como modelo a ser adotado em substituição ao agronegócio, visto que ambos operam em escalas e possuem propósitos bastante distintos. A alternativa agroecológica considera os custos socioambientais e sanitários relacionados aos impactos do agronegócio nos diferentes biomas e territórios do Brasil, onde se observa o aumento da concentração de terras e renda e o agravamento das desigualdades já existentes, com impactos desproporcionais sentidos nas áreas e grupos da população mais vulnerabili-

zados. Contabiliza os custos dos impactos e dos incentivos ao agronegócio, para o setor público, relativizando as vantagens econômicas do agronegócio. E assim se contrapõe ao modelo agrícola hegemônico, buscando promover práticas agrícolas justas, sustentáveis do ponto de vista socioambiental e capazes de promover um resgate do patrimônio alimentar, nacional e regionalmente.

A agroecologia precisa, então, ser compreendida como alternativa para o atual modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país e por outros países latino-americanos, a partir de três domínios indissociáveis e interconectados: como uma **prática social**, já que é viva e produzida histórica e culturalmente, ao redor do planeta, através de práticas camponesas, expressadas pela tradicional relação do indivíduo com a terra, promovendo o resgate do patrimônio alimentar nacional e contribuindo para a garantia da soberania alimentar; como uma **ciência**, já que engloba conhecimentos e práticas construídos e aprimorados ao longo de gerações, com método e tecnologias que garantem a sustentabilidade do uso de recursos naturais nos diferentes processos produtivos, métodos que vêm sendo aprimorados a partir do avanço e do estímulo ao desenvolvimento tecnológico e científico por meio de programas e políticas de promoção da agroecologia no país; e como um **movimento sociopolítico**, capaz de conjugar diferentes pautas e lutas em torno de projetos de desenvolvimento agrário mais justos e sustentáveis, construído a partir de alianças entre o poder público, a academia, os atores da prática e as representações da sociedade civil^{2,9,19}.

Segundo Schmitt *et al.*¹⁹, um dos processos mais importantes advindos da intensa articulação social em torno de projetos centrados na agroecologia foi a possibilidade de subsidiar a construção de políticas públicas, no Brasil e em outros países da América Latina a partir da organização de uma ampla e diversa rede de atores-chave, representando movimentos sociais, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e instâncias de governos. Um movimento que tem suas origens na articulação de projetos de educação popular e organização social no campo com o trabalho de ação pastoral – em particular a Pastoral da Terra – e da organização sindical, que resultou em um “movimento de movimentos” em torno da questão agrária. Movimento que, desde os anos 1960, vem conformando uma corrente contra-hegemônica em relação aos projetos de desenvolvimento agrário conduzidos pelo governo brasileiro, que privile-

gia a expansão da fronteira agrícola e a intensificação da produtividade^{8,10,11,19}.

A partir desta organização, intensificada na segunda metade da década 1980 e fortalecida a partir do início dos anos 2000, registra-se, no Brasil e em diversos países latino-americanos, o desenvolvimento de políticas de estímulo à agroecologia^{8,10}, que buscam, em seus respectivos países, enfrentar a hegemonia e o peso desproporcional do agronegócio sobre as economias regionais, fortemente reprimarizadas pela lógica neoliberal que predomina na região^{11,15}.

Um marco no contexto das políticas regionais para a promoção da agroecologia, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi instituída no Brasil em 2012, com o objetivo de articular programas e ações indutoras da transição agroecológica e do estímulo à produção orgânica e assim contribuir para o uso sustentável de recursos naturais e a oferta de alimentos mais saudáveis para a população. Reconhecida por seu ineditismo e premiada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 2018, a PNAPO trouxe um modelo de gestão compartilhada, paritária, entre o governo e a sociedade civil, no âmbito da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), principal espaço de participação e controle social da política. Também inovou ao articular diferentes setores de governo na gestão de seus programas e diretrizes, por meio da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO).

Em 2019, através do Decreto 9.759, tanto a CNAPO quanto a CIAPO foram extintas, inviabilizando a mais reconhecida política regional de promoção da agroecologia na América Latina. Importantes programas desenvolvidos no âmbito da PNAPO foram enfraquecidos ou completamente desmontados, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que teve redução de orçamento da ordem de 80%, e o Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica – Programa ECOFORTE, cuja última edição havia se encerrado em 2019, não sendo renovado. Somente em 2023, no primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a CNAPO e a CIAPO são recriadas, revitalizando a PNAPO.

Além da formulação de políticas públicas, algumas iniciativas importantes têm sido desenvolvidas, no país no sentido de dar maior visibilidade às experiências exitosas de produção agrícola sustentada pelos princípios da agroecologia, como os Congressos Brasileiros de Agro-

ecologia (CBA). Com edições ocorrendo desde 2003, o último CBA (12ª edição) foi realizado em novembro de 2023, um período de retomada de grandes eventos presenciais pós-pandemia e também um momento histórico de reconstrução de políticas garantidoras dos direitos humanos mais básicos no país. Reuniu cerca de 10 mil pessoas entre pesquisadores, docentes, técnicos, estudantes, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e ativistas de movimentos sociais e representantes de mais de 20 países das Américas, da África e da Europa.

A 12ª edição do CBA também representou um marco para a retomada de importantes programas voltados à promoção da agroecologia no país, como o anúncio, já na solenidade de abertura, da retomada do Programa ECOFORTE. Ecos do 12º CBA são ouvidos até hoje, e servem de inspiração para articular instâncias de governo e organizações da sociedade civil em torno de estratégias e programas – como a articulação em torno da inclusão do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) –, visando a promoção de modelos mais sustentáveis de desenvolvimento, uso da terra e produção de alimentos.

Considerações finais

Nos últimos anos, temos observado retrocessos significativos em diversas políticas públicas na América Latina, especialmente aquelas voltadas para a redução das desigualdades e a promoção da cidadania. No Brasil, país que durante mais de uma década foi referência mundial no combate à fome, assistimos ao desmonte de programas voltados para a superação da insegurança alimentar, e como consequência direta o retorno do país ao mapa da fome.

Ao mesmo tempo, evidenciam-se as consequências de processos insustentáveis de desenvolvimento econômico sobre o clima e os sistemas naturais na região. O aumento da frequência de eventos climáticos extremos, a desertificação de extensas porções do território latino-americano, a perda de biodiversidade e o aquecimento global, entre outros fenômenos, não apenas aprofundam a crise alimentar como resultam em novos desafios para a saúde pública regional, impactando direta e indiretamente políticas, programas e sistemas de saúde latino-americanos.

Em um contexto de disputa entre visões de mundo e de processos de desenvolvimento, a

agroecologia se apresenta como uma estratégia viável para a garantia de direitos fundamentais – como o acesso à terra e à alimentação – a todos os indivíduos, independentemente de raça, cor, etnia, gênero, escolaridade ou lugar de residência. Uma estratégia que precisa ser fortalecida, de maneira contínua, a partir de um processo permanente de diálogo e de convergência em torno de projetos de desenvolvimento justos e sustentáveis, em que os interesses coletivos tenham primazia em relação aos interesses privados.

Com o retorno de projetos progressistas de governo em diferentes países da região, inclusive no Brasil, retoma-se a esperança e for-

talem-se as perspectivas de organização de políticas e ações visando o enfrentamento das crises climática e alimentar, bem como de suas consequências sobre a saúde pública regional. Nesse sentido, a oportunidade de organizar essa discussão serve como um chamado às instituições acadêmicas do campo da saúde pública, aos movimentos sociais do campo, das águas, das florestas e das cidades, aos representantes do controle social e à população em geral. Um chamado para a responsabilidade que temos nesse momento histórico, no que diz respeito à garantia dos direitos e a um sistema alimentar justo e sustentável.

Colaboradores

Todos autores fizeram contribuições substanciais para a concepção/desenho deste trabalho e a redação/revisão do trabalho, aprovaram a versão final e concordam em ser responsáveis pelo trabalho submetido.

Declaração de disponibilidade de dados

As fontes de dados utilizados na pesquisa estão indicadas no corpo do artigo.

Referências

1. Camera S, Wegner R. Direito humano à alimentação, (in)segurança alimentar e desenvolvimento: os desafios à realização progressiva na América Latina. *Rev Dir Int* 2017; 14(1):21-35.
2. Saubourin E, Niederle P. Agricultura familiar na América Latina: das políticas agrícolas diferenciadas aos instrumentos de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e da agroecologia [Internet]. 2016 [acessado 2024 fev 26]. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/581643/1/TEXT0%20DE%20CONJUNTURA%2013.pdf>
3. Sousa LRM, Ditterich RG, Melgar-Quinónez H. A pandemia de covid-19 e seus entrelaçamentos com desigualdade de gênero, insegurança alimentar e apoio social na América Latina. *Interface (Botucatu)* 2021; 25:e200651.
4. Lampis A, Campello Torres PH, Jacobi PR, Leone AL. A produção de riscos e desastres na América Latina em um contexto de emergência climática. *Soc Questao* 2020; 23(48):75-96.
5. Rockström J, Steffen W, Noone K, Persson A. Planetary boundaries. *New Perspect Q* 2010;27(1):72-74.
6. Gough I. Universal basic services: A theoretical and moral framework. *Polit Q* 2019; 90(3):534-542.
7. Brandão, AL; Casemiro, JP; Peres, F. *Inseguridad Alimentaria y Emergencia Climática: sindemia global y un desafío de salud pública en América latina*. Porto Alegre: Editora Rede Unida; 2023.
8. Nicholls CI, Altieri MA, Vázquez LL. Agroecología: Principios para la conversión y el rediseño de sistemas agrícolas. *Agroecologia* 2015; 10(1):61-72.
9. Guhur D, Silva, NR. Agroecologia [verbete]. In: AP Dias, AB Stauffer, LHC Moura, MC Vargas, organizadores. *Dicionário de Agroecologia e Educação*. Rio de Janeiro: EPSJV-Fiocruz/Expressão Popular; 2021.
10. Canuto JC. Agroecologia, princípios e estratégias para o desenho de agroecossistemas sustentáveis. *REDES* 2017; 22(2):137-151.
11. Miranda AC, Moreira JC, Carvalho RD, Peres F. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. *Cien Saude Colet* 2007; 12(1):7-14.
12. Bühler EA, Guibert M, Oliveira VLD. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2016.
13. Cano W. A desindustrialização no Brasil. *Econ Soc* 2012; 21(n. esp.):831-851.
14. Gelatti E, Coronel DA, Barros FC, Bobato AM, Gabbi MTT. Desindustrialização no Brasil: uma análise à luz das exportações e importações (1997 a 2018). *RDE* 2020; 1(45):234-258.
15. Lamoso LP. Reprimarização no território brasileiro. *Espaço Econ* 2020; 19(19):1-31.
16. Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Balança Comercial Preliminar Parcial do Mês [Internet]. 2023 [acessado 2024 fev 26]. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html
17. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Balança Comercial do Agronegócio – 2022 [Internet]. 2022 [acessado 2024 fev 26]. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2022-com-us-159-bilhoes-em-vendas>
18. Dillman KJ, Czepkiewicz M, Heinonen J, Davíðsdóttir B. A safe and just space for urban mobility: A framework for sector-based sustainable consumption corridor development. *Glob Sustain* 2021; 4:e28.
19. Schmitt CJ, Niederle PA, Ávila M, Sabourin E, Petersen PF, Silveira LM, Assis W, Palm J, Bianconi Fernandes G. La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la Agroecología. In: Sabourin EP, Patrouilleau MM, Le Coq JF, Vázquez L, Niederle PA, organizadores. *Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y El Caribe*. Porto Alegre: Evangraf; Criação Humana; Red PP-AL; FAO; 2017. p. 73-122.
20. Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Carta Política do 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia [Internet]. 2023 [acessado 2024 fev 26]. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/>

Artigo apresentado em 22/07/2024

Aprovado em 21/10/2024

Versão final apresentada em 23/10/2024

Editores-chefes: Maria Cecília de Souza Minayo, Romeu Gomes, Antônio Augusto Moura da Silva, Vania de Matos Fonseca